DO DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS ENVIADAS À IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Victor Hugo Nedel OLIVEIRA ¹

RESUMO

Verifica-se, na Geografia brasileira, a formação de um novo subcampo do saber, denominado “Geografias das Juventudes”. Nesse sentido, reconhece-se a importância de se analisar, especialmente, as questões relacionadas a esses sujeitos, como é o caso dos debates realizados durante a IV Conferência Nacional de Juventude. Por isso, o objetivo do presente artigo é investigar as propostas debatidas no referido evento, relacionadas ao eixo “Do Direito ao Território e à Mobilidade”, debate integralmente relacionado com os estudos geográficos. Para tanto, procedeu-se à análise documental do Caderno de Propostas IV Conferência Nacional de Juventude, especificamente analisando as 13 propostas que foram encaminhadas para discussão no eixo Do Direito ao Território e à Mobilidade. Os principais resultados apontaram para a expansão irrestrita do passe livre para jovens, a ampliação dos modais do IDJovem e a promoção da regularização fundiária, a promoção de mobilidade sustentável, requalificação de estradas, inclusão de conteúdos educacionais sobre território, descentralização de políticas públicas, e a garantia de direitos específicos para comunidades tradicionais. É possível considerar, a partir do estudo realizado, que as políticas resultantes dos debates não apenas atendam às diversas necessidades do presente das juventudes, mas também construam um futuro mais equitativo e promissor para as próximas gerações.

Palavras-chave: Geografias das Juventudes. Jovens. Território. Conferência Nacional de Juventude. Análise Documental.

¹ Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.

THE RIGHT TO TERRITORY AND MOBILITY: ANALYSIS OF PROPOSALS SENT TO THE IV BRAZILIAN NATIONAL YOUTH CONFERENCE

ABSTRACT

In Brazilian Geography, a novel area of study has emerged, denoted as "Geographies of Youths." The significance of spatially analyzing issues pertaining to this demographic is underscored, exemplified by deliberations during the IV Brazilian National Youth Conference. This article seeks to scrutinize the propositions deliberated upon at the aforementioned event, particularly honing in on the "Right to Territory and Mobility" axis, intricately interwoven with geographical studies. Conducting a documentary analysis of the Book of Proposals from the IV Brazilian National Youth Conference, our focus narrows down to the 13 proposals presented for discussion within the Right to Territory and Mobility axis. Key outcomes advocate for an unrestrained expansion of free passes for young individuals, diversification of IDJovem modalities, promotion of land regularization, sustainable mobility initiatives, road requalification, integration of educational content concerning territory, decentralization of public policies, and the assurance of specific rights for traditional communities. Derived from the study, it is conceivable that the resultant policies not only cater comprehensively to the diverse needs of contemporary youth but also lay the groundwork for a more just and auspicious future for subsequent generations.

Keywords: Geographies of Youths. Young people. Territory. Brazilian National Youth Conference. Documental Analysis.

1 PALAVRAS INICIAIS

O campo de pesquisa das juventudes emerge como uma área vital no entendimento das dinâmicas sociais contemporâneas (Castro; Besset, 2008). O vigor e a complexidade desse campo residem na diversidade de experiências, desafios e aspirações enfrentadas pelos jovens. Diante da pluralidade de contextos culturais, sociais e econômicos, a pesquisa com juventudes se revela como uma ferramenta fundamental para desvendar as demandas específicas dessa parcela da população, fornecendo subsídios essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e condizentes com as necessidades reais desses sujeitos.

Nesse entendimento, as Conferências Nacionais de Juventude representam marcos importantes na trajetória do reconhecimento e promoção dos direitos das juventudes brasileiras. Desde a primeira, realizada em 2008, até a recente IV Conferência Nacional de Juventude, que ocorreu em dezembro de 2023, em Brasília, esses eventos tornaram-se espaços privilegiados para o debate e a formulação de políticas que atendam às demandas e aspirações das juventudes do país. Cada edição das conferências reflete a evolução das discussões e a consolidação do papel ativo dos jovens na construção de um país mais justo e inclusivo.

Por isso, há que se destacar a relevância da pesquisa no âmbito das políticas públicas destinadas à juventude, como campo decisivo diante da necessidade de compreender e endereçar questões que permeiam essa fase da vida (Spósito; Carrano, 2003). A análise aprofundada dessas políticas proporciona visões fundamentais para a promoção de iniciativas que não apenas reconheçam, mas também valorizem a diversidade e as particularidades das experiências juvenis – como as questões territoriais – impulsionando, assim, transformações sociais positivas. No intuito de compreender as intrincadas relações entre juventude e território, adotamos uma perspectiva Geográfica que encontra respaldo na obra de Santos (1994) e Haesbaert (2004; 2023). Nessa abordagem, o território não se limita a uma concepção meramente física, mas sim como espaços em constante disputa, permeados por apropriações simbólicas, identidades em construção e relações sociais complexas, tratando-se de amparo teórico essencial para decifrar a interseção entre juventude e direito ao território.

Este artigo visa analisar, portanto, as propostas enviadas à IV Conferência Nacional de Juventude, concentrando-se no capítulo "Do Direito ao Território e à Mobilidade" do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). A importância desta pesquisa reside na necessidade de compreender

como as políticas públicas podem contribuir para a garantia efetiva desses direitos territoriais, considerando a complexidade das vivências juvenis. Este estudo se destaca pela sua relevância prática, fornecendo subsídios para aprimorar as políticas voltadas para a juventude e, assim, fortalecer a participação ativa desses jovens na construção de uma sociedade com mais justiça social e territorial.

O presente texto trata-se, igualmente, de uma colaboração ao esforço continuado na busca pela referência de um subcampo que se passou a se denominar “Geografias das Juventudes” (Cardoso; Turra Netto, 2011; Oliveira, 2023a; 2023b), ou seja, a abordagem analítica das juventudes contemporâneas no campo da Geografia, destacando o potencial de nosso campo do saber para estudar as relações das e dos jovens com o espaço. A noção plural de "juventudes" é enfatizada, reconhecendo as múltiplas formas de ser jovem em regiões específicas, cidades, bairros e comunidades. Esse cenário das pesquisas sobre juventudes na Geografia brasileira está em crescimento notável, pois se tratam de investigações que buscam pensar, refletir e promover o debate sobre as juventudes na Geografia, ao indicarem que a resistência continua sendo uma palavra-chave quando se trata de estudar jovens no Brasil. Desafios como violência extrema, condições precárias de estudo e trabalho, e acesso precarizado ao espaço urbano são apenas alguns dos elementos que caracterizam a realidade enfrentada pelas juventudes no país.

A estrutura deste artigo está delineada de maneira a fornecer uma abordagem abrangente sobre o tema proposto. Após esta introdução, abordaremos brevemente as políticas públicas destinadas à juventude e as Conferências Nacionais de Juventude, seguido por uma discussão sobre o conceito de território. Em seguida, apresentaremos a metodologia adotada, que inclui a análise documental das propostas enviadas à IV Conferência Nacional de Juventude. Posteriormente, apresentaremos e discutiremos os resultados obtidos, encerrando com considerações finais que resumem as principais descobertas e apontam para possíveis direções futuras de pesquisa e ação política.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE JUVENTUDE

No contexto das políticas públicas, o reconhecimento da juventude como um grupo específico de direitos é um fenômeno relativamente recente, tanto no Brasil quanto internacionalmente (Brasil, 2014). Esse reconhecimento ganhou destaque na segunda metade dos anos 1980, quando a "exclusão social" dos jovens se tornou uma parte integral da questão social. Esse período foi marcado por rápidas transformações tecnológicas, globalização dos mercados e desterritorialização dos processos produtivos, resultando em uma nova divisão internacional do trabalho e maior precarização das relações de trabalho. Em resposta a essas mudanças, governos, bancos e organismos internacionais começaram a discutir questões relacionadas à juventude, buscando soluções para enfrentar a crise e superar a pobreza. No entanto, essa discussão revelou a fragilidade do modelo econômico vigente, destacando a necessidade de políticas públicas específicas para a juventude. Questiona-se, portanto, quais abordagens sobre o "sujeito jovem" predominaram nos processos de formulação e implementação dessas políticas, destacando a diversidade de concepções que influenciam os diferentes desenhos e objetivos das políticas públicas direcionadas à juventude.

Moreira (2007) destaca a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, abordando o processo preparatório e a eleição de delegados para a etapa nacional. Ao longo de sete meses, debates intensos foram previstos sobre a realidade da juventude e as ações governamentais direcionadas aos então mais de 50 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos. O autor já questionava a historicamente limitada atenção estatal aos direitos básicos da juventude, como educação, trabalho decente, cultura e lazer, e propõe reflexões sobre a relação entre a ausência do Estado e os problemas enfrentados pela juventude. Destacava-se, à época, a necessidade de superar visões negativas e reconhecer as juventudes como sujeitos de direitos. Ressaltam-se as iniciativas governamentais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), como respostas a desafios como a inclusão social e a promoção da educação. A I Conferência foi apresentada como um processo participativo que visou identificar prioridades, fortalecer movimentos juvenis e integrar a juventude na estratégia de desenvolvimento nacional.

A pesquisa coordenada por Castro e Abramovay (2009), reuniu análises sobre o perfil, as percepções e as recomendações dos participantes da II Conferência Nacional de Juventude, buscando quebrar mitos relacionados à juventude e participação política. Contrariando ideias

preconcebidas, esses estudos revalaram que as juventudes participantes eram politizadas, engajadas em políticas públicas e críticas da política convencional, mas dispostas a transformá-la. Diversos temas foram abordados, desde o perfil demográfico e político dos participantes até percepções sobre questões polêmicas como cotas, maioria penal, união civil entre pessoas do mesmo sexo e legalização do aborto. Ficou evidente a pluralidade de opiniões e engajamentos, desmistificando estereótipos e indicando a necessidade de repensar a participação política da juventude.

A dissertação de Messina (2016), por sua vez, analisou as distâncias e proximidades entre as demandas educacionais levantadas durante a II Conferência Nacional de Juventude e como essas demandas são refletidas nas ações governamentais, especialmente no Plano Nacional de Educação (PNE). Em sua maioria, as demandas originadas na Conferência se aproximam das metas estabelecidas no PNE, porém, foram identificados distanciamentos em áreas como investimento e universalização. Um ponto de destaque é a ênfase dada à qualidade da educação durante a Conferência, uma temática considerada importante para discussão, mas que não foi mencionada nas propostas da mesma.

O trabalho de Freire, Oliveira e Silva (2018) aborda a interseção entre agroecologia e promoção da saúde, destacando a falta de discussão e fortalecimento das práticas agroecológicas no setor da saúde. O foco do estudo é a experiência de construção de conhecimento agroecológico e de saúde durante a III Conferência Nacional da Juventude, por meio de uma oficina/instalação de hortas verticais. A proposta da oficina foi fundamentada no diálogo de saberes entre jovens, utilizando a educação popular como meio para consolidar esses conhecimentos. A experiência teve impacto significativo, contando com a participação de jovens de diferentes regiões do Brasil e promovendo intercâmbios dialógicos entre diversas juventudes.

Novaes (2007), por sua vez, destaca a importância de compreender a juventude no contexto das diferentes sociedades e gerações, considerando fatores históricos, estruturais e conjunturais que influenciam suas vulnerabilidades e potencialidades. No século XXI, as e os jovens vivenciam uma experiência geracional única, marcada pela globalização e desigualdades sociais. Apesar das incertezas e inseguranças em relação ao trabalho, evidenciadas pelas rápidas transformações tecnológicas, essas juventudes expressam resistências, criatividade e predisposições simbólicas para enfrentar os desafios contemporâneos. A autora e referência para o campo destaca a associação da juventude à violência, sublinhando que o medo de morrer prematuramente é uma preocupação transversal. A discussão enfoca a necessidade de políticas públicas de juventude que considerem o

contexto global, as demandas urgentes e as futuras necessidades, promovendo igualdade de direitos, valorização da diversidade e respostas às condições atuais dos jovens brasileiros. A abordagem destaca a juventude como "sujeito de direitos", evitando generalizações simplistas e reconhecendo seu papel na reflexão e reinvenção da sociedade.

Ribeiro e Macedo (2018), por fim, examinam o ciclo de políticas públicas de juventude no Brasil, iniciado em 2005 e interrompido em 2015 durante o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. A análise destaca a importância da operacionalização efetiva das políticas, evidenciando desafios como a dificuldade na incorporação das políticas nos diferentes Ministérios e a falta de canais de participação. Baseadas em estudos com a Secretaria Nacional de Juventude, destacam que o problema principal não reside na formulação, mas na implementação dessas políticas. Além disso, apontam a necessidade de integração e complementaridade entre programas e ações, considerando as diversas trajetórias de vida das juventudes. Ressaltam a importância de compreender os ciclos de políticas de juventude como processos não lineares, destacando a interrupção do ciclo em 2015 e as possíveis consequências das políticas de reestruturação econômica.

3 O CONCEITO GEOGRÁFICO DE TERRITÓRIO E AS JUVENTUDES

O "direito ao território" trata-se de uma das principais demandas a serem consideradas em políticas voltadas para a juventude (Brasil, 2014). Santos (1994) redefine a concepção clássica de território, enfatizando não apenas seus atributos físicos, mas principalmente as relações sociais que nele se estabelecem, a partir da compreensão do território como um quadro de vida permeado por relações dinâmicas e processos sociais, destacando a influência de diferentes forças sociais, políticas, culturais e econômicas em sua configuração. O território é descrito como um campo de jogo onde as relações de poder são determinantes, refletindo-se em diversos tipos e escalas demarcados por atributos variados. Essa perspectiva abrange desde diferenças inter-regionais até projetos de intervenção específicos, como os "Territórios da Cidadania". Nesse contexto, o território é moldado por forças que impactam as possibilidades de afirmação de diferentes grupos sociais, ressaltando a importância de compreender tais dinâmicas para garantir uma análise abrangente e eficaz na formulação de políticas públicas destinadas à juventude.

Haesbaert (2004; 2023) também aponta o território como um conceito central na Geografia, que transcende seu papel meramente analítico nas Ciências Sociais, expandindo-se para esferas normativas e práticas no cotidiano e nas lutas sociais. Originado no Império Romano, o termo "territorium" inicialmente referia-se à jurisdição de núcleos urbanos, ganhando conotação político-administrativa. Na modernidade ocidental, associou-se à soberania estatal. Autores clássicos como Ratzel (1988) e Gottman (1973) contribuíram para uma visão funcional-estatal. No entanto, a etimologia revela uma dualidade, envolvendo não apenas o espaço concreto, mas também aspectos simbólico-afetivos. A perspectiva descolonial na América Latina amplia o conceito, incorporando dimensões sociais, naturais e identitárias. Território é entendido como um espaço de relações de poder, intrinsecamente vinculado às dinâmicas sociais, políticas e ambientais. A resistência territorial em contextos de des-reterritorialização busca preservar não apenas a cultura, mas a própria existência de grupos sociais, estabelecendo uma ontologia do território. Nesse sentido, a defesa do território é inseparável da defesa dos elementos naturais que o constituem. O território emerge como um espaço político revelador de limites, tanto nas lutas sociais humanas – como é o caso das lutas das juventudes – quanto nos desafios mais amplos enfrentados pela vida terrestre. A concepção de território expande-se para além do exclusivamente humano, reconhecendo a importância das territorialidades de outros seres vivos e propondo uma nova cosmo(política) territorial que reconheça e respeite a interconexão de todos os elementos na Terra como último território, tanto humano quanto não humano.

Os desafios enfrentados pelas juventudes mais impactados pelas desigualdades socioeconômicas, especialmente aqueles em áreas de risco, periferias urbanas, zonas rurais remotas e isoladas são extensos. Problemas como mobilidade urbana limitada, relação predatória com o meio ambiente, abandono político-administrativo e êxodo rural são reconhecidos como obstáculos significativos para a construção de um senso de pertencimento e autonomia. O desafio proposto à sociedade é a transformação e a criação de estratégias que permitam aos jovens interagir e se apropriar do "quadro de vida", fortalecendo a cidadania e a sustentabilidade em seus ambientes. Isso implica reconhecer os jovens como sujeitos ativos na produção do território, integrando-os com outros grupos sociais por meio de diversas relações (Brasil, 2014). A compreensão das histórias, culturas, aspectos regionais e locais, vulnerabilidades e potencialidades de cada território é essencial, assim como considerar suas relações com as esferas do poder público. Segundo Novaes (2012), a ampliação das oportunidades para os jovens conquistarem bens públicos é crucial para

criar novos territórios de sociabilidade, onde possam se enraizar, zelar e se identificar, ressaltando a importância de compreender as relações entre os jovens e o território como chave para mudanças significativas.

Ao abordar a temática “Juventudes e Territórios”, três principais eixos poderiam ser destacados: juventudes e os povos tradicionais, juventudes rurais e juventudes urbanas.

Os jovens pertencentes a povos tradicionais, apesar de enfrentarem situações de desvantagem social, destacam-se pela tenacidade na luta por seus direitos (Capelo, 2004). Antes da II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, suas conferências livres evidenciaram reivindicações expressivas, incluindo o direito ao território. Entre as demandas destacadas, está a regularização fundiária, a consulta prévia sobre empreendimentos que afetam suas terras, políticas públicas específicas para áreas mais vulneráveis, a criação de uma defensoria pública agrária e iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável. Essas reivindicações refletem a importância de reconhecer e respeitar a autonomia desses jovens em relação à gestão de seus territórios, abrangendo moradia, culto, práticas religiosas e extrativismo.

Os desafios enfrentados pelos jovens nas áreas rurais, ao buscarem exercer sua cidadania, são comparáveis aos de seus pares urbanos (Weisheimer, 2005). Limitações educacionais, com taxas de analfabetismo significativamente mais altas do que nas cidades, juntamente com a escassez de oportunidades de acesso à terra e garantias territoriais, resultam em possibilidades de trabalho e ganho inferiores às oferecidas nos centros urbanos. Essas condições adversas frequentemente levam à migração, evidenciando a necessidade de abordagens específicas para criar oportunidades sustentáveis nas áreas rurais, a fim de evitar o êxodo desses jovens.

Apesar de serem agentes ativos na construção do espaço urbano, os jovens urbanos deparam-se com desafios consideráveis. A centralização de equipamentos culturais em determinadas regiões, junto com os elevados custos associados ao seu acesso, limita suas atividades de lazer (Oliveira, 2021a). Ao buscar oportunidades de emprego nos centros urbanos, enfrentam barreiras físicas, como a distância e a precária mobilidade, e barreiras sociais, como o estigma de residir na periferia. Para viabilizar projetos de vida nesse contexto, é imperativo garantir, de forma descentralizada e segura, acesso à educação, trabalho, habitação, transporte público, cultura e lazer. A participação ativa dos jovens nos processos de planejamento urbano é igualmente essencial (Cassab, 2011) para remover as diversas barreiras que enfrentam no espaço urbano, permitindo uma inclusão espacial mais efetiva.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, no que tange à abordagem, conduziu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, concebida como uma investigação que busca compreender as relações entre os sujeitos e os objetos para além da mera quantificação, uma vez que há aspectos interpretativos não passíveis de mensuração isolada (GIL, 2007). Em termos da natureza da pesquisa, esta se configurou como aplicada, visto que os conhecimentos gerados a partir da proposta de pesquisa podem ser aplicados em múltiplos territórios juvenis e diversas realidades espaço-territoriais.

No que diz respeito aos objetivos, a investigação pode ser categorizada como exploratória, buscando maior familiaridade com o problema em questão por meio de um estudo de caso que se concentra na análise das propostas sobre o direito ao território e à mobilidade, para discussão na IV Conferência Nacional de Juventude, como já apontado. Quanto aos procedimentos, a pesquisa adotou uma abordagem de análise documental, conforme preconizado por Gil (2007), englobando materiais que ainda não foram submetidos a tratamento analítico.

O principal documento alvo da análise documental foi o “Caderno de Propostas da IV Conferência Nacional de Juventude” (Brasil, 2023a), notadamente no que diz respeito às propostas para discussão do eixo “Do Direito ao Território e à Mobilidade”. Tal documento foi elaborado após uma série de encontros e debates abrangendo diversos temas relacionados à juventude, no qual todas as propostas construídas nas etapas municipais e estaduais foram registradas e encaminhadas para a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Orientou-se a indicação de três propostas prioritárias em cada eixo temático, abrangendo áreas como cidadania, educação, diversidade, saúde, cultura, entre outras. Em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), as propostas foram sistematizadas, categorizadas e ranqueadas de acordo com a ênfase dada pelos jovens. O documento resultante apresenta as 36 propostas (uma para cada eixo) mais impactantes, além de propostas complementares que detalham ou ampliam as prioridades. Este documento nacional serviu como base para discussão na IV Conferência Nacional da Juventude, onde sugestões de alterações e emendas foram realizadas. Após o processo, as resoluções votadas na Conferência constituíram o referencial para as políticas públicas de juventude nos próximos anos, orientando as ações governamentais.

A estratégia de análise de dados adotada consistiu na análise de conteúdo (Bardin, 1977), iniciada durante o levantamento e seleção dos materiais, estabelecendo uma aproximação inicial com o objeto de estudo. Os dados foram triangulados com as leituras realizadas, informações sobre o evento em si e os materiais analisados, conforme a abordagem sugerida por Minayo (2005), enfatizando a importância dessa triangulação para a apreensão dos fenômenos e contribuindo para a validade da pesquisa.

Em conformidade com os mais rigorosos princípios éticos de pesquisa, dado que o estudo se baseou exclusivamente em materiais de acesso público, dispensou-se a avaliação pelo sistema CEP/CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), em conformidade com as normativas éticas vigentes (Brasil, 2016).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 SOBRE A IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE E A ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO NACIONAL DE PROPOSTAS

As diversas facetas das juventudes brasileiras ostentam o inalienável direito de depositar sua confiança tanto no presente, quanto no futuro do Brasil (Brasil, 2023a). Esta demonstração encontra expressão nos termos "Reconstruir no Presente, Construir o Futuro", tema da IV Conferência Nacional de Juventude, traçando um itinerário em direção ao Desenvolvimento, aos Direitos, à Participação e ao Bem Viver. Nesse ínterim, um primordial passo consistiu na edificação de uma agenda pública que resgatasse a capacidade do/a jovem de vivenciar a existência como sujeito de prerrogativas, atentando-se à perspectiva de que tal incumbência somente se concretiza com a extraordinária contribuição das diversas juventudes que se dispersam pelo território pátrio, totalizando cerca de 47 milhões de habitantes, correspondendo a 23% do contingente populacional do país (IBGE, 2022).

Imbuídos desse compromisso, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) juntamente com outras instituições reuniram-se para efetuar a IV Conferência Nacional de Juventude, que foi realizada de 14 a 17 de dezembro de 2023, em Brasília/DF, em conformidade com o Decreto nº 11.619, de 25 de julho de 2023 (Brasil, 2023b). Desde a primeira realização da Conferência Nacional da Juventude, em 2008, seguida pela segunda

em 2011 e a terceira em 2015, notáveis progressos foram alcançados nas iniciativas que contribuíram para consolidar uma política nacional de juventude. A IV Conferência Nacional de Juventude se desvelou, portanto, no contexto das celebrações dos dez anos de vigência do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), figurando, neste momento, assim como as Conferências predecessoras, como uma estratégia mobilizadora crucial para estimular a participação social e efetivar os direitos já conquistados pela juventude, bem como aqueles ainda por conquistar.

O processo preparatório para a IV Conferência Nacional de Juventude coordenou a participação de um contingente que ultrapassou quinhentos mil jovens em todo o território nacional (Brasil, 2023a), evidenciando a sua vibrante diversidade, propostas, prioridades e caminhos para ampliar as possibilidades e oportunidades visando ao Bem Viver da juventude brasileira. Ao longo do período de agosto a novembro de 2023, os/as jovens brasileiros/as debateram sobre Cidadania, Participação Social e Política, Representação Juvenil, Educação, Profissionalização, Trabalho e Renda, Diversidade e Igualdade, Saúde, Cultura, Comunicação e Liberdade de Expressão, Desporto e Lazer, Território e Mobilidade, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Segurança Pública e Acesso à Justiça, além do Sistema Nacional de Juventude, ou seja, os eixos do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013).

A partir de um documento-base elaborado pelo CONJUVE e pela SNJ, contendo 218 propostas para o debate, foram articuladas etapas preparatórias municipais e regionais (abrangendo 1535 municípios), estaduais (27 encontros), temáticos (18 encontros virtuais síncronos, com participação total de cerca de 10 mil jovens), digitais (62 mil participantes via plataforma Brasil Participativo) e uma abrangente consulta aos povos e comunidades tradicionais. Nesse colossal esforço coletivo, cabe destacar a marcante mobilização dos jovens nos municípios para a realização de encontros que refletissem a realidade da maioria dos territórios brasileiros, objetivando influenciar de maneira substancial nas etapas estaduais.

Com base nesse aglomerado de encontros e debates, todas as proposições apresentadas foram meticulosamente registradas e encaminhadas à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e ao Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). O imperativo direcionamento consistia em indicar três propostas prioritárias por eixo temático. Mediante uma colaboração com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, procedeu-se à sistematização exaustiva de todas as propostas, originadas nas diversas etapas preparatórias, inicialmente categorizadas com base nas que partilhavam a mesma "ideia-força". O documento resultante apresenta, assim, as 36 propostas

que mais reverberaram nos debates efetuados pelos jovens brasileiros/as, 03 para cada um dos 12 eixos do Estatuto da Juventude. Entretanto, dada a robustez e intensidade das discussões, ao final do documento, são apresentadas as demais proposições registradas e sistematizadas, aqui denominadas propostas complementares. Importa frisar que estas últimas detalham ou aprimoram as três propostas apontadas como prioritárias. Ao fim, o documento nacional almejou constituir-se como elemento propulsor da discussão na IV Conferência Nacional da Juventude, espaço em que foi submetido a sugestões de supressão, acréscimo e redação alternativa.

Os grupos de trabalho, enquanto instâncias deliberativas da Conferência Nacional tiveram como desiderato eleger as propostas destinadas à apreciação pela Plenária Final. As propostas assim eleitas nos grupos de trabalho foram incorporadas a este compêndio de proposições, enaltecendo e reconhecendo, dessa forma, o processo de realização das conferências de base, garantindo que o amplo processo de mobilização, que abarcou toda a extensão do país, seja devidamente considerado nas deliberações referentes ao conteúdo a ser apresentado à Plenária Final.

5.2 AS PROPOSTAS DO EIXO “DO DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE”

O território, concebido como o cenário onde se concretizam as políticas, entrelaça-se intimamente com a mobilidade, que diz respeito à configuração e acessibilidade dos bens e serviços, englobando infraestruturas de transporte e equipamentos públicos, tanto no contexto urbano quanto nas áreas rurais (Ferrão, 2011). Em conformidade com o Estatuto da Juventude, mais especificamente em seu artigo 31, explicita-se que "O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade" (Brasil, 2013). Vale ressaltar, no Parágrafo único, que "Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias" (Brasil, 2013). Assim, a concepção de políticas públicas que assegurem a mobilidade da juventude demanda uma reflexão aprofundada sobre as condições de deslocamento, os meios disponíveis, a qualidade e a segurança do transporte, bem como os recursos temporais e financeiros envolvidos. Contemplar a mobilidade juvenil, e, por extensão, a mobilidade de toda a população, implica, igualmente, abordar a qualidade de vida e o direito de habitar e usufruir do território.

No contexto da IV Conferência Nacional da Juventude, cabe ressaltar que, mediante um cuidadoso processo de sistematização e análise, foram identificadas e priorizadas as propostas mais recorrentes no âmbito do eixo temático "Território e Mobilidade". Dessa análise, emergiram as três proposições que se destacam como expressões representativas das demandas mais prementes das juventudes brasileiras no que concerne às questões cruciais relacionadas ao território e à mobilidade. Estas propostas, ao refletirem as aspirações e necessidades intrínsecas da juventude nesses domínios específicos, que foram apresentadas como pilares fundamentais para o diálogo e a deliberação durante a Conferência, propiciando uma abordagem esclarecida e estratégica no delineamento de políticas públicas destinadas a abordar as complexidades inerentes a essa dimensão vital da vivência juvenil. O quadro 1, portanto, evidencia as propostas mais recorrentes no eixo "Direito ao Território e à Mobilidade".

Quadro 1 – Propostas mais recorrentes – Direito ao Território e Mobilidade

1. Ampliar o passe livre de maneira irrestrita, intermodal, intermunicipal e desburocratizada para as juventudes, de qualidade e com acessibilidade em toda a frota de veículos de transporte coletivo, como forma de garantir a segurança e a mobilidade entre os territórios urbanos e rurais, como também o acesso aos equipamentos de educação, lazer e serviços públicos.
2. Expandir a fiscalização das empresas prestadoras dos serviços de transporte do IDJovem, aumentar os modais atendidos pelo programa (rodoviário, ferroviário, fluvial e aéreo), potencializar a divulgação desse benefício e ampliar o número de vagas gratuitas reservadas para jovens de baixa renda.
3. Promover a regularização fundiária na cidade e no campo, através da Reforma Urbana, Agrária e dos processos de demarcação e titulação nos territórios indígenas, quilombolas e de demais povos tradicionais, fortalecendo os órgãos de controle social e cobrando a plena fiscalização ativa das instituições responsáveis, tendo em vista a particularidade das juventudes em situação de risco social.

Fonte: Brasil (2023a). Sistematização: autor (2024).

A primeira proposta recorrente do eixo "Território e Mobilidade" sugere a expansão do passe livre de maneira irrestrita, intermodal, intermunicipal e desburocratizada para as juventudes, com ênfase na qualidade e acessibilidade em toda a frota de veículos de transporte coletivo. Esta demanda revela-se urgente para as juventudes (Seidl, 2021), pois não apenas visa mitigar as barreiras financeiras que muitos jovens enfrentam, mas também atua como um instrumento eficaz para fomentar a inclusão social e a equidade de acesso aos territórios urbanos e rurais. Ao garantir o acesso gratuito e descomplicado ao transporte coletivo, se promove a segurança e mobilidade e também se propicia a abertura de oportunidades educacionais, culturais e de lazer, bem como o

acesso facilitado aos serviços públicos. Dessa forma, a implementação dessa proposta atende às necessidades práticas de deslocamento, contribuindo significativamente para a promoção da igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos fundamentais das juventudes, fortalecendo, assim, a sua participação ativa e integrada na sociedade (Oliveira, 2016).

A segunda proposta preeminente do eixo "Território e Mobilidade" propõe a expansão da fiscalização das empresas prestadoras dos serviços de transporte do Programa Identidade Jovem (IDJovem), bem como o incremento dos modais atendidos pelo programa, incluindo rodoviário, ferroviário, fluvial e aéreo. Adicionalmente, visa potencializar a divulgação desse benefício e ampliar o número de vagas gratuitas reservadas para jovens de baixa renda. Essa iniciativa se revela de importância decisiva para as juventudes ao almejar aprimorar e diversificar as opções de transporte disponíveis, promovendo a eficácia do IDJovem como um instrumento facilitador de mobilidade (Barcelos *et al*, 2018). A expansão da fiscalização das empresas assegura a integridade e eficácia do programa, enquanto a inclusão de modalidades adicionais amplia as possibilidades de deslocamento, abrangendo diferentes territórios e realidades geográficas. A potencialização da divulgação e a reserva de mais vagas gratuitas garantem um acesso mais equitativo a esse benefício, fortalecendo a conscientização sobre suas vantagens, maximizando seu impacto positivo na promoção da igualdade de oportunidades e no acesso facilitado a diferentes regiões e serviços para a juventude de baixa renda.

A terceira proposta destacada no eixo "Território e Mobilidade" advoga pela promoção da regularização fundiária tanto em áreas urbanas quanto rurais, por meio da implementação de Reformas Urbana e Agrária, bem como dos processos de demarcação e titulação nos territórios indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais. Essa proposição, ainda, propugna pelo fortalecimento dos órgãos de controle social e pela exigência de uma fiscalização plena e ativa por parte das instituições responsáveis, considerando a peculiar situação de risco social enfrentada pelas juventudes. Tal iniciativa se reveste de suma importância para a juventude, pois não apenas visa garantir o acesso à terra, um direito fundamental, mas também busca criar condições propícias para o desenvolvimento e a estabilidade social e econômica (Santos, 2023). A ênfase na particularidade das juventudes em situação de risco social ressalta a necessidade de abordagens específicas e estratégias assertivas para assegurar o pleno exercício de seus direitos territoriais, contribuindo, assim, para a construção de um ambiente mais inclusivo, justo e equitativo para as juventudes nesses territórios.

As três propostas mais recorrentes no eixo "Território e Mobilidade" destacam-se como fundamentais para abordar desafios cruciais enfrentados pelas juventudes brasileiras. A expansão do passe livre (proposta 1) propõe uma medida abrangente que alivia as barreiras financeiras para a mobilidade, promovendo a equidade ao garantir acesso a oportunidades educacionais, culturais e de lazer. A fiscalização ampliada e expansão dos modais do IDJovem (proposta 2) fortalece a eficácia do programa, ampliando as opções de transporte para as juventudes, especialmente aquelas de baixa renda. A regularização fundiária e a atenção a comunidades tradicionais (proposta 3) visam garantir o acesso seguro e sustentável ao território, reconhecendo as especificidades e desafios enfrentados por essas comunidades. Em conjunto, essas propostas refletem a necessidade de políticas abrangentes que abordem questões de mobilidade, acesso ao território e garantia de direitos, criando as bases para um desenvolvimento equitativo e inclusivo das juventudes brasileiras (Barcelos; Vasconcellos; Cohen, 2010).

É categórico ressaltar que as propostas complementares, embora numericamente menos recorrentes, não são, de maneira alguma, menos relevantes ou substanciais do que aquelas que emergiram como as mais recorrentes no eixo "Território e Mobilidade". A sua menor incidência numérica não diminui a importância intrínseca dessas proposições, pois cada uma delas representa uma expressão singular das necessidades e aspirações das juventudes brasileiras no que tange às questões fundamentais de território e mobilidade. Destarte, no intuito de garantir uma abordagem abrangente e inclusiva, todas as propostas, independentemente da sua frequência de ocorrência, serão devidamente apresentadas e consideradas no Quadro 2 a seguir. Esse enfoque visa enaltecer a diversidade de perspectivas e demandas, assegurando a análise de que todas as vozes e visões sejam contempladas no processo realizado durante a IV Conferência Nacional da Juventude.

Quadro 2 – Propostas complementares – Direito ao Território e Mobilidade

4. Promover a criação, o desenvolvimento e a readequação de ciclovias e ciclofaixas, proporcionando sustentabilidade, acessibilidade e segurança, e facilitar o acesso, a utilização e/ou a compra de bicicletas para as juventudes.
5. Fomentar a criação, a requalificação e melhorias das/nas estradas rurais e urbanas, atentando-se ao acesso asfáltico de comunidades periféricas, rurais e tradicionais.
6. Garantir, promover e fiscalizar as políticas de acessibilidade e mobilidade para pessoas com deficiência (PCD), contemplando as suas diversidades. Assegurar a participação ativa das juventudes com deficiência na construção dessas políticas, de programas e legislações.

7. Garantir, na matriz curricular do Plano Nacional de Educação, conteúdos que tratem de assuntos relacionados a mobilidade e território, participação social, inclusão social, exercício da cidadania, sustentabilidade e ecologia.
8. Descentralizar, promover e implementar políticas públicas de educação, mobilidade, infraestrutura, saúde, cultura, esporte e lazer, por meio de parcerias e iniciativas governamentais e não governamentais, entre outras, dentro dos territórios das comunidades quilombolas, de povos originários e demais povos e comunidades tradicionais.
9. Implementar o transporte estudantil para as juventudes rurais, dos territórios e dos povos e comunidades tradicionais.
10. Criar cota para jovens nos projetos habitacionais dos Governos Federal, Estadual e Municipal.
11. Valorizar e preservar saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais entre os jovens, para que participem dos processos decisórios, fortaleçam o sistema de garantia de direitos e os vínculos familiares.
12. Promover a revitalização, investigação, fiscalização e preservação de áreas degradadas, atentando-se às comunidades quilombolas, indígenas, de povos e comunidades tradicionais afetados por subsistência e dejetos tóxicos e nocivos à saúde e aos territórios, despejados por empresas públicas e privadas.
13. Direito à permanência no território: órgãos governamentais nacionais e locais garantem o direito à permanência da juventude de povos e comunidades tradicionais em seus territórios por meio do reconhecimento dos dados e demandas levantados pela Plataforma de Territórios Tradicionais em suas políticas públicas de educação, transporte, saneamento, saúde, energia, cultura e identidade. Tendo a juventude como protagonista da visibilidade pública para a quantidade, ocupação, perfil sociodemográfico, contribuição para a sociobiodiversidade dos PCTs por meio de uma estratégia nacional de comunicação.

Fonte: Brasil (2023a). Sistematização: autor (2024).

As propostas 4, 5 e 6, consideradas complementares no eixo "Território e Mobilidade", delineiam perspectivas abordagens que, embora menos recorrentes numericamente, revestem-se de importância substancial para atender às demandas específicas e multifacetadas das juventudes brasileiras. A proposta 4 destaca-se ao advogar pela criação, desenvolvimento e readequação de ciclovias e ciclofaixas, promovendo sustentabilidade, acessibilidade e segurança. Essa medida propicia meios de transporte ecologicamente conscientes, facilitando o acesso, a utilização e/ou a aquisição de bicicletas, contribuindo para a mobilidade e o bem-estar das juventudes (Santos,

2021). A proposta 5, por sua vez, sublinha a importância da fomentação da criação, requalificação e melhorias das estradas rurais e urbanas, com especial atenção ao acesso asfáltico de comunidades periféricas, rurais e tradicionais. Essa iniciativa não apenas viabiliza a conectividade efetiva entre diferentes territórios, mas também atenua desigualdades ao melhorar o acesso a infraestruturas fundamentais, fortalecendo, assim, a coesão social (Jardim; Fernandes; Bertoni, 2019). A proposta 6 emerge como uma reivindicação crítica ao enfatizar a necessidade de garantir, promover e fiscalizar políticas de acessibilidade e mobilidade para pessoas jovens com deficiência (PCD), contemplando suas diversas necessidades. Ao assegurar a participação ativa das juventudes com deficiência na construção dessas políticas, programas e legislações (Oliveira; Rodrigues; Almeida, 2023), essa proposta promove a inclusão efetiva, reconhecendo e respeitando a diversidade das experiências das juventudes em suas diversidades.

As propostas 7, 8 e 9, também consideradas complementares no eixo "Território e Mobilidade", apresentam abordagens relevantes, destacando-se pelo seu impacto potencial no fortalecimento da educação, inclusão social e mobilidade das juventudes brasileiras. A proposta 7 propõe a inclusão, na matriz curricular do Plano Nacional de Educação, de conteúdos que abordem temas cruciais como mobilidade e território, participação social, inclusão social, exercício da cidadania, sustentabilidade e ecologia. Esta medida visa enriquecer a formação educacional, preparando as juventudes para compreender e enfrentar desafios contemporâneos, promovendo uma cidadania mais informada e ativa (Oliveira, 2021b; 2021c). A proposta 8 destaca-se ao sugerir a descentralização, promoção e implementação de políticas públicas abrangentes, como educação, mobilidade, infraestrutura, saúde, cultura, esporte e lazer, por meio de parcerias entre entidades governamentais e não governamentais, especialmente dentro dos territórios das comunidades quilombolas, de povos originários e demais povos e comunidades tradicionais. Essa abordagem territorializada visa reconhecer e respeitar a diversidade cultural, promovendo o desenvolvimento sustentável e equitativo dessas comunidades, com ênfase nas necessidades e aspirações das juventudes (Santos, 2016). A proposta 9, por sua vez, destaca a importância de implementar o transporte estudantil para as juventudes rurais e das comunidades tradicionais, reconhecendo os desafios de mobilidade enfrentados por essas populações (Silva, 2009). Ao viabilizar o acesso dos jovens a oportunidades educacionais, essa proposta contribui significativamente para a promoção da igualdade de acesso à educação, independente da localização geográfica, fortalecendo, assim, o potencial de desenvolvimento dessas juventudes.

As propostas 10, 11, 12 e 13 delineiam estratégias abrangentes que se destacam pela sua relevância no fortalecimento da participação, preservação cultural e qualidade de vida das juventudes brasileiras. A proposta 10 propõe a criação de cotas para jovens nos projetos habitacionais dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Essa medida, ao reconhecer a necessidade de acesso à moradia como um direito fundamental, busca mitigar desigualdades socioeconômicas, promovendo a inclusão e estabilidade habitacional para as juventudes (Gonçalves *et al*, 2023). A proposta 11 destaca-se ao enfatizar a valorização e preservação dos saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais entre as e os jovens, visando sua participação nos processos decisórios e o fortalecimento do sistema de garantia de direitos. Ao reconhecer e integrar a riqueza cultural dessas comunidades, essa proposta contribui para o enriquecimento da diversidade cultural nacional e a promoção de uma cidadania mais inclusiva (Thum, 2017). A proposta 12 aborda a necessidade de promover a revitalização, investigação, fiscalização e preservação de áreas degradadas, com foco nas comunidades quilombolas, indígenas e de povos tradicionais afetados por subsistência e dejetos tóxicos. Essa abordagem holística busca assegurar a saúde e a integridade dos territórios dessas comunidades, reconhecendo as interconexões entre meio ambiente e bem-estar humano (Soares, 2021). A proposta 13, por fim, destaca a importância de órgãos governamentais garantirem o direito à permanência da juventude de povos e comunidades tradicionais em seus territórios, reconhecendo e incorporando dados e demandas levantados pela Plataforma de Territórios Tradicionais (Silva; Paraíso, 2020). Ao dar protagonismo à juventude nessas comunidades, essa proposta visa fortalecer políticas públicas que atendam às necessidades específicas desses grupos, abordando temas como educação, transporte, saneamento, saúde, energia, cultura e identidade, por meio de uma estratégia nacional de comunicação.

De modo geral, as propostas complementares apresentadas no eixo "Território e Mobilidade" configuram um conjunto abrangente de sugestões que, embora numericamente menos recorrentes, não são, de maneira alguma, menos desafiadoras para atender às complexas demandas das juventudes brasileiras. Cada uma dessas proposições destacou-se pela sua singularidade e pertinência, abordando questões fundamentais que permeiam a vida e o desenvolvimento dessas juventudes. Desde a promoção da mobilidade sustentável com a criação de ciclovias até a garantia do direito à permanência no território para comunidades tradicionais, o conjunto reflete uma compreensão holística das necessidades e desafios enfrentados pelas juventudes. A

descentralização de políticas públicas, a valorização de saberes tradicionais e a inclusão de jovens em projetos habitacionais são abordagens que ampliam a visão sobre o território, reconhecendo a interconexão entre aspectos sociais, culturais e ambientais. Essas propostas complementares enriquecem o diálogo sobre território e mobilidade, proporcionando debates e reivindicações que visam atender às diversas realidades e necessidades das juventudes brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Conferências Nacionais de Juventude, desde 2008 até a mais recente em 2023, representam marcos fundamentais na promoção dos direitos juvenis no Brasil, evidenciando a evolução das discussões e a participação ativa das e dos jovens na construção de uma sociedade com mais justiça social. A relevância da pesquisa no âmbito das políticas públicas destinadas à juventude, portanto, destaca-se pela necessidade de compreender e endereçar questões específicas dessa fase da vida, promovendo iniciativas que valorizem a diversidade das experiências juvenis. A perspectiva geográfica adotada enriquece a análise da interseção entre juventude e o direito ao território e à mobilidade, em especial pelas ferramentas analíticas que a Geografia proporciona.

Verificou-se que o reconhecimento da juventude como um grupo específico de direitos nas políticas públicas é um fenômeno recente, surgindo na segunda metade dos anos 1980 diante de transformações tecnológicas, globalização e precarização do trabalho. A I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, em 2007, questionou a limitada atenção estatal aos direitos básicos dos jovens, destacando a necessidade de superar visões negativas e reconhecer as juventudes como sujeitos de direitos. Desses, o "direito ao território" é uma demanda central nas políticas públicas, sendo fundamental compreender as dinâmicas espaciais e sociais que permeiam esse conceito. Em sendo o território formado por suas relações sociais, tais dimensões também incluem as naturais e identitárias, reconhecendo o conceito como espaço político de lutas sociais e ambientais. Reconhecer as juventudes como sujeitos ativos na produção do território, integrando-os e considerando suas relações com o poder público é, portanto, demanda urgente e crucial. Essas reflexões ressaltam a necessidade de políticas públicas que reconheçam a complexidade das relações entre juventude e território, promovendo mudanças significativas para essa parcela da população.

Verificou-se a conexão intrínseca entre território e mobilidade, considerando a configuração e acessibilidade de bens e serviços em áreas urbanas e rurais. Com base no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), o artigo 31 assegura o direito dos jovens ao território e à mobilidade, incluindo políticas públicas para moradia, circulação e equipamentos públicos. Os resultados apontaram para a importância de políticas que garantam a mobilidade juvenil, exigindo reflexão sobre condições de deslocamento, recursos envolvidos e qualidade de vida.

As três propostas mais destacadas incluem a expansão irrestrita do passe livre para jovens, a ampliação dos modais do IDJovem e a promoção da regularização fundiária. Essas propostas, ao refletirem as aspirações da juventude, são consideradas fundamentais para o delineamento de políticas públicas efetivas, visando abordar as complexidades da vivência juvenil. Tais propostas, que incluem a expansão irrestrita do passe livre, a ampliação dos modais do IDJovem e a promoção da regularização fundiária, podem ser identificadas como essenciais para atender às demandas prementes das juventudes brasileiras, sendo consideradas como pilares fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas que abordem os desafios enfrentados pelas juventudes no acesso ao território e à mobilidade.

As propostas complementares no eixo "Território e Mobilidade" também ofereceram abordagens perspicazes para atender às demandas multifacetadas das juventudes brasileiras. Destacando-se pela promoção de mobilidade sustentável, requalificação de estradas, inclusão de conteúdos educacionais sobre território, descentralização de políticas públicas, e a garantia de direitos específicos para comunidades tradicionais, essas propostas, embora numericamente menos recorrentes, são igualmente importantes para abordar as complexas necessidades territoriais das juventudes.

Este artigo buscou desempenhar um papel analítico e exploratório, ao ponderar as propostas do eixo "Território e Mobilidade", oferecendo uma visão abrangente das demandas fundamentais das juventudes brasileiras. A principal relevância reside na compreensão aprofundada das necessidades de mobilidade e acesso ao território, fundamentais para o desenvolvimento inclusivo dessas juventudes. Entretanto, é essencial reconhecer eventuais ausências, como a necessidade de abordar questões específicas de gênero e de outros grupos sub-representados para garantir uma abordagem verdadeiramente inclusiva. A expectativa para a análise das propostas aprovadas durante a IV Conferência Nacional de Juventude é promissora, pois representa uma oportunidade para traduzir essas ideias em ações concretas. Nesse processo, há a esperança de que as políticas

resultantes não apenas atendam às diversas necessidades do presente das juventudes, mas também construam um futuro mais equitativo e promissor para as próximas gerações.

7 REFERÊNCIAS

BARCELOS, Mara Rejane Barroso; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; COHEN, Simone Cynamon. Políticas públicas para adolescentes em territórios vulneráveis. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S.l.], v. 23, n. 3, p.288-294, 2012. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/2028> Acesso em: 01 jan. 2024.

BARCELOS, Janinne; *et al.* **ID Jovem**: uma identidade da juventude brasileira. Brasília: Ibict; SNJ, 2018. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1110> Acesso em: 01 jan. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1 Brasília, DF, 2016p. 44-46, 07 abr. 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html Acesso em: 01 jan. 2024.

BRASIL. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 6 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso em: 01 jan. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. 128 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf> Acesso em: 01 jan. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **4ª Conferência Nacional de Juventude – Caderno de Propostas**. Brasília: SNJ, 2023a. 83 p. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-de-respostas/CadernodePropostas4aConferenciaNacionaldeJuventude.pdf> Acesso em: 01 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.619, de 25 de julho de 2023. Altera o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta a exploração de portos organizados e instalações portuárias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 26 jul. 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11619.htm Acesso em: 01 jan. 2024.

CASSAB, Clarice. A cidade como espaço público: uma interpretação pautada na fala dos jovens. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p.83-91, 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/425> Acesso em: 01 jan. 2024.

CAPELO, Maria Regina Clivati. Conflitos e dilemas da juventude indígena no Paraná: escolarização e trabalho como acesso à modernidade. **Cadernos CERU**, v. 15, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75322> Acesso em: 01 jan. 2024.

CARDOSO, Diogo da Silva; TURRA NETO, Nécio. Juventude, cidade e território: esboços de uma Geografia das Juventudes. *In: Seminário de Pesquisa Juventudes e Cidade*, 1., 2011. Juiz de Fora. Anais [...]. Juiz de Fora: UFJF, 2011. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea/wp-content/uploads/sites/338/2019/09/JUVENTUDE-CIDADE-E-TERRIT%C3%93RIO-ESBO%C3%87OS-DE-UMA-GEOGRAFIA-DAS-JUVENTUDES.pdf> Acesso em: 01 jan. 2024.

CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Sobre a pesquisa: “Quebrando mitos juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude”. **Juventude.br**, [S.l.], n. 8, p. 50–56, 2009. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/102> Acesso em: 01 jan. 2024.

FERRÃO, João. **O ordenamento do território como política pública**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FREIRE, Raí de Amorim; OLIVEIRA, Bárbara Gabriela Santos; SILVA, Etna Kaliane Pereira da. **O Manifesta é uma horta**: olhares e encontros entre a agroecologia e a promoção da saúde na 3ª Conferência Nacional de Juventude. *In: Congresso Internacional da Rede Unida*, 13. 2018. Anais [...].v. 4, Suplemento 1. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/13CRU/13CRU/paper/view/4356> Acesso em: 01 jan. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Bianca Siqueira; et al. Indicadores bibliométricos a respeito dos temas “Habitação Social” e “Juventude” na base Scopus. *In: Seminário de Integração Regional XXI*, 2023, Campos dos Goytacazes. [...] Anais. Campos dos Goytacazes, 2023. Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/12/SIR-2018.pdf> Acesso em: 01 jan. 2024.

GOTTMAN, John. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973. 169p.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. 20p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em: 01 jan. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Território. **Geographia**, [S.L], v. 25, n. 55, P.1-7, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073> Acesso em: 01 jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JARDIM, Silvia Regina Marques; FERNANDES, Zizelda Lima; BERTONI, Luci Mara. SOCIABILIDADE E JUVENTUDE RURAL: a festa junina como elemento fortalecedor da cultura juvenil do campo (sociability and rural youth. Revista **Geonordeste**, [S.L], n. 2, p. 204-217, 1 out. 2019. Geonordeste. <http://dx.doi.org/10.33360/rgn.2318-2695.2019.i2especial.p.204-217>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/12262> Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, Flávia. O acesso e o direito pleno à cidade, passe livre, ocupações e a força da juventude. **Juventude.br**, [S.L], n. 14, p.75, 2021. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/162> Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; SANTOS, Andreia Mendes dos **Os jovens de Porto Alegre: da escola para a cidade**. 1. Ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021a. 210 p. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/os-jovens-de-porto-alegre-da-escola-para-a-cidade/> Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes e Educação: estado da arte de publicações em revistas A1 de universidades federais brasileiras (2010 – 2019). **Revista Educar Mais**, [S.L], v. 5, n. 2, p. 358-372, 23 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2279> Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. ESTADO DA ARTE DE PUBLICAÇÕES SOBRE JUVENTUDES E EDUCAÇÃO EM REVISTAS A2 DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L], v. 28, n. 4, p. 317, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/16151> Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. **GEOGRAFIAS DAS JUVENTUDES**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023a. 191 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256855> Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. GEOGRAFIAS DAS JUVENTUDES: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. **Para Onde!?**, [S.L] v. 17 n. 2, p. 59-78, 9 abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/130242> Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, Paulo Cesar Soares de; *et al.* Questões dos/as jovens com deficiência: entrecruzamentos com o Estatuto da Juventude. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L], v. 28 p. 1-18, 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782023280121>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9ZRPN7SmvMFGWQfm8Wf4bLv/#> Acesso em: 01 jan. 2024.

MESSINA, Vanessa Barbosa. **Perspectivas das Políticas Públicas de Juventude: aproximações e distanciamentos entre o Plano Nacional de Educação e demandas de educação da 2ª Conferência Nacional de Juventude**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11658/Dissertacao%20PPGEdu%20-%20Vanessa%20Barbosa%20Messina.pdf?sequence=1> Acesso em: 01 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Eds), *Avaliação por triangulação de métodos*. Abordagem de programas sociais (p. 19-51). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOREIRA, Danilo. Conferência Nacional de Juventude: levante sua bandeira. **Juventude.br**, [S.L], n. 4, p. 48–49, 2021. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/42> Acesso em: 01 jan. 2024.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. **Revista Ciência e Vida – Sociologia**, n. 2, 2007. Disponível em: https://dadospdf.com/download/juventude-e-sociedade-demandas-_5a4c9580b7d7bcab6719d8d8_pdf Acesso em: 01 jan. 2024.

RATZEL, Friedrich. **Géographie Politique**. Paris: Editions Econômica, 1988. 385 p.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, [S.L], v. 31, n. 42, p. 107-126, 1 jan. Revista de Ciências Sociais. <http://dx.doi.org/10.26489/rvs.v31i42.5>. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382018000100107 Acesso em: 01 jan. 2024.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Andréa de Fátima. **Projetos de Vida e Juventudes: trajetórias contemporâneas de jovens quilombolas**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2016.

SANTOS, Cristiano Lange dos. Juventudes e ativismo: as percepções de jovens ativistas em mobilidade urbana (cicloativistas) sobre a participação em audiências públicas em Porto Alegre. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, [S.L] v. 8, p. 1-36, 30 jul. 2021. Instituto Rede de Pesquisa Empírica em Direito (REED). <http://dx.doi.org/10.19092/reed.v8i.548>. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/548> Acesso em: 01 jan. 2024.

SANTOS, Murilo Pinto Silva. Posse da terra, educação do campo e juventude rural: identidades em conflito. In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 10., 2023. São Carlos. Anais [...]. São

Carlos: UFSCar, 2023. Disponível em: <https://redesrurais.org.br/artigos/artigo-08f8de09fbf70a2fef0abb21728e48b104157284-arquivo.pdf> Acesso em: 01 jan. 2024.

SEIDL, Ernesto. Um capital militante em transformação? Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 26, n. 50, p. 175-209, 21 maio 2021. UNESP – Universidade Estadual Paulista. <http://dx.doi.org/10.52780/res.14909>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14909> Acesso em: 01 jan. 2024.

SILVA, Alan Ricardo da. **Metodologia para avaliação e distribuição de recursos para o transporte escolar rural**. 2009. 177 f. Tese (Doutorado) em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/3922>. Acesso em: 01 jan. 2024.

SILVA, Victor Higor; PARAÍSO, Diana do Nascimento. **Como a cultura popular se constrói como um elemento de reafirmação e resgate da identidade para a permanência da juventude em seus territórios no fazer agroecológico**: um relato de Experiência do 4º Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). In: **XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão. 2020. Anais [...]v. 15, n. 2. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6236> Acesso em: 01 jan. 2024.

SOARES, Simone Cesario. Juventude brasileira: o direito a sustentabilidade ambiental. In: SHEREMETIEFF, Adriana Henrichs *et al* (orgs.). **Visões contemporâneas sobre políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L], n.24, p. 16-39, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/?lang=pt&format=html> Acesso em: 01 jan. 2024.

THUM, Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. L.], p. 162-179, 1 jun.2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6899> Acesso em: 01 jan. 2024.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

Data de recebimento: 01 de janeiro de 2024.

Data de aceite: 14 de maio de 2024.